www.revistaft.com.br

RevistaFT | ISSN 1678-0817 | v.30, n. 164, 2026 | DOI: 10.69849/v89r6j61

Importância e fundamentos da autoproteção dos policiais militares do Pará (PMPA)

Importance and fundamentals of self-protection of military police officers of Pará (PMPA)

Fábio Santos Maia[1]

José Alex Oliveira Duarte[2]

Erica Guimarães Rodrigues Branches[3]

José Eduardo Campos Amaral[4]

RESUMO

A atividade policial militar no Estado do Pará é marcada por elevados níveis de exposição a riscos físicos, psicológicos, legais e operacionais, tornando a autoproteção um elemento essencial para a preservação da vida e para a eficácia do serviço policial. Diante desse cenário, o objetivo geral deste estudo foi analisar os fundamentos teóricos e a importância da autoproteção para os policiais militares do Pará. A pesquisa caracteriza-se como revisão bibliográfica, baseada em produções científicas publicadas entre 2015 e 2025, disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico, complementadas por documentos institucionais pertinentes. Os resultados apontam que práticas consistentes de autoproteção contribuem para a redução da vitimização policial, o fortalecimento da tomada de decisão, a melhoria da eficiência operacional e a promoção do bem-estar psicológico, evidenciando também desafios relacionados à falta de padronização tática, cultura organizacional e necessidade de treinamento contínuo. Conclui-se que a autoproteção deve ser compreendida como um pilar estratégico da atuação policial, exigindo esforços individuais e institucionais para aprimorar equipamentos, capacitações e protocolos, fortalecendo a segurança e o desempenho dos profissionais da PMPA.

[1]BACHAREL EM PSICOLOGIA .- IESPES (INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR) - SANTARÉM PA – BRASIL. PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU: PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL - FAVENI- SANTARÉM PA – BRASIL. Email: fabiomaiastm79@gmail.com

[2]CURSO SUPERIOR INCOMPLETO – SANTARÉM – PA – BRASIL - Email: sdalexduarte@gmail.com

[3]BACHAREL EM DIREITO- UFOPA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU: DIREITO TRIBUTÁRIO-FACUMINAS -Email; erica_stmpmpa@hotmail.com

[4]ENSINO MÉDIO.- SANTARÉM PA – BRASIL-Email; jkeduardo2021@ gmail.com

Palavras-chave: Autoproteção; Polícia Militar; Vitimização Policial; Segurança Operacional; Saúde Mental.

ABSTRACT

Military police activity in the State of Pará is marked by high levels of exposure to physical, psychological, legal, and operational risks, making self-protection an essential element for the preservation of life and the effectiveness of police service. In view of this scenario, the general objective of this study was to analyze the theoretical fundamentals and the importance of self-protection for military police officers in Pará. The research is characterized as a literature review, based on scientific productions published between 2015 and 2025, available in databases such as SciELO and Google Scholar, complemented by pertinent institutional documents. The results indicate that consistent self-protection practices contribute to the reduction of police victimization, the strengthening of decision-making, the improvement of operational efficiency, and the promotion of psychological well-being, while also highlighting challenges related to the lack of tactical standardization, organizational culture, and the need for continuous training. It is concluded that self-protection must be understood as a strategic pillar of police performance, requiring individual and institutional efforts to improve equipment, training, and protocols, thereby strengthening the safety and performance of PMPA professionals.

Keywords: Self-Protection; Military Police; Police Victimization; Operational Safety; Mental Health.

1 INTRODUÇÃO

A realidade da segurança pública no Estado do Pará é marcada por desafios históricos relacionados à extensão territorial, às desigualdades socioeconômicas e às dinâmicas de violência que incidem especialmente sobre municípios do interior e regiões de fronteira amazônica. Frisa-se que os policiais militares atuam em contextos caracterizados por riscos elevados, carência de recursos e permanente exposição a situações de ameaça, o que demanda constante preparo físico, emocional e técnico para a adequada execução do serviço policial (DIAS *et al.*, 2025).

Nesse cenário, a Polícia Militar do Pará (PMPA) dispõe de um papel central na manutenção da ordem pública, operando tanto em ações ostensivas quanto em atividades administrativas que sustentam o funcionamento institucional. O desempenho dessas funções exige não apenas competência técnica, mas também atenção rigorosa às práticas de autoproteção, especialmente diante das demandas atuais que ampliam o desgaste físico e psicológico dos profissionais, como apontam pesquisas relacionadas ao cotidiano da atividade policial brasileira (LIMA *et al.*, 2025).

A relevância da autoproteção na atividade policial decorre da necessidade de preservação da vida como princípio fundamental e estruturante da missão policial militar. A literatura demonstra que a exposição frequente a confrontos, tensões operacionais e pressões institucionais torna o policial um alvo em potencial, reforçando a urgência de adotar medidas preventivas e protocolos de segurança pessoal que reduzam vulnerabilidades (SALES, 2021). Além disso, estudos que analisam fatores de vitimização policial revelam que muitos incidentes envolvendo policiais resultam de falhas procedimentais, comportamentos de risco ou ausência de estratégias eficazes de defesa e gestão de ameaças (MARTY, 2022).

No contexto paraense, essa realidade é intensificada por características territoriais singulares, incluindo áreas de difícil acesso, regiões ribeirinhas e municípios com baixa estrutura estatal, elementos que ampliam a exposição dos militares a riscos diretos e indiretos (DIAS *et al.*, 2025).

Logo, a autoproteção se destaca como componente essencial não apenas para a segurança individual, mas também para a eficiência do serviço policial, pois um militar preservado fisicamente e emocionalmente desempenha suas funções com maior qualidade, precisão e responsabilidade social. Diante desse panorama, emerge o problema central desta pesquisa: quais são os fundamentos e a importância da autoproteção para os policiais militares da PMPA?

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar os fundamentos teóricos e a importância da autoproteção para os policiais militares do Pará. Já os objetivos específicos são: identificar fatores que influenciam o comportamento de risco dos policiais; levantar fundamentos teóricos e normativos que embasam a autoproteção na atividade policial militar; e apresentar estratégias institucionais e individuais que contribuam para práticas mais seguras e eficientes no cotidiano profissional.

A justificativa desta pesquisa está diretamente alinhada aos critérios da Portaria nº 186/2025 da PMPA, que orienta a produção científica institucional segundo parâmetros de adequação temática, relevância para a missão policial e contribuição para o aprimoramento das atividades de defesa social. Ao abordar a autoproteção como elemento estratégico para a preservação da integridade física e mental dos militares, o estudo fortalece a cultura de segurança institucional, favorece a tomada de decisões fundamentadas e contribui para a valorização da vida, princípio basilar da atividade policial. Além disso, ao dialogar com pesquisas contemporâneas que tratam dos riscos, tensões e desafios enfrentados pelos

profissionais da segurança pública, o trabalho oferece subsídios teóricos e práticos que podem orientar ações de formação, treinamento e gestão operacional no âmbito da PMPA, reforçando seu compromisso com a eficiência, a legalidade e a proteção dos agentes públicos.

2 AUTOPROTEÇÃO NO CONTEXTO DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

A autoproteção no contexto policial pode ser compreendida como o conjunto de atitudes, estratégias, técnicas e decisões adotadas pelo profissional para reduzir vulnerabilidades e preservar a própria integridade durante o exercício da atividade operacional. Trata-se de um conceito que articula doutrina, experiência prática e fundamentos legais, sendo reconhecido como elemento essencial da ação policial moderna (SANTOS, 2024).

A autoproteção não se limita a procedimentos específicos, mas envolve postura preventiva, percepção de risco, gestão emocional, uso adequado de equipamentos e aplicação de protocolos táticos coerentes com o ambiente de atuação. Essa dimensão proativa da segurança pessoal tem sido enfatizada em estudos que analisam a exposição dos policiais a cenários complexos, marcados por violência imprevisível e crescente letalidade, fatores que exigem constante desenvolvimento de competências voltadas à preservação da vida do agente público (SALES, 2021).

No âmbito da segurança pública, a autoproteção está diretamente relacionada à segurança pessoal e ao conjunto de métodos que integram a tática individual. A segurança pessoal engloba cuidados com a postura, a linguagem corporal, a observação do ambiente, a vigilância constante e a análise de ameaças em tempo real, permitindo ao policial antecipar comportamentos hostis e estabelecer respostas proporcionais BASÍLIO *et al.*, 2023).

Já a tática individual representa o uso técnico e estratégico das habilidades treinadas, como posicionamento, comunicação, manuseio de equipamentos e técnicas de defesa, os quais, quando aplicados de forma integrada, reduzem a probabilidade de vitimização. Estudos demonstram que policiais expostos continuamente a ambientes instáveis, especialmente em localidades interioranas ou de fronteira amazônica, dependem de tais elementos para compensar limitações

estruturais e assim manter níveis mínimos de segurança durante ações ostensivas e de patrulhamento (DIAS *et al.*, 2025).

A distinção entre autoproteção, sobrevivência policial e segurança operacional é fundamental para compreender o alcance conceitual de cada termo e sua aplicação prática. A sobrevivência policial refere-se às capacidades cognitivas, técnicas e emocionais utilizadas em situações extremas, como enfrentamentos armados, emboscadas ou crises, nas quais a vida do policial está diretamente ameaçada. Já a segurança operacional abrange o planejamento, a gestão e a execução de procedimentos institucionais que visam reduzir riscos coletivos durante operações, envolvendo protocolos, estratégias de comando e logística (BASÍLIO *et al.*, 2023).

A autoproteção, por sua vez, é a base cotidiana dessas práticas, funcionando como eixo preventivo que antecede tanto a sobrevivência quanto a segurança operacional. Assim, compreender suas diferenças e articulações permite ampliar a eficácia das ações policiais e reduzir os índices de vitimização, especialmente em corporações que enfrentam altos níveis de violência e riscos decorrentes da própria função (MARTY, 2022).

Os riscos ocupacionais na atividade policial militar abrangem um conjunto de ameaças inerentes à natureza do trabalho, variando desde agressões físicas até impactos emocionais, desgastes psicológicos e responsabilizações administrativas decorrentes da tomada de decisões em ambientes instáveis (DIAS *et al.*, 2025).

Estes riscos se manifestam de forma permanente, tanto em ações ostensivas quanto em atividades rotineiras, e estão diretamente ligados ao caráter imprevisível da segurança pública. A literatura científica sobre vitimização policial demonstra que a profissão figura entre as mais perigosas do país, em razão da exposição constante a confrontos diretos, tensões operacionais e dinâmicas de violência que se intensificam em determinados territórios, como regiões periféricas e áreas amazônicas de fronteira (SALES, 2021).

Os riscos físicos correspondem às ameaças mais imediatas à integridade corporal do policial militar, como agressões, disparos de arma de fogo, lesões decorrentes de acidentes viários, emboscadas e situações de confronto. Esses eventos estão relacionados não apenas ao enfrentamento direto da criminalidade, mas também às condições ambientais e logísticas em que o trabalho policial é executado, sobretudo em localidades afastadas e de difícil acesso. Em regiões

amazônicas, por exemplo, a topografia complexa, a mobilidade limitada e a atuação em comunidades ribeirinhas aumentam a vulnerabilidade operacional, impondo desafios às equipes que precisam conciliar deslocamento, vigilância e resposta rápida. Estudos recentes apontam que tais condições contribuem significativamente para o aumento da letalidade e do adoecimento físico entre os profissionais de segurança pública, reforçando a necessidade de estratégias eficazes de autoproteção e preparo técnico (DIAS *et al.*, 2025).

Aliás, a literatura evidencia que muitos incidentes envolvendo policiais decorrem de falhas procedimentais, falta de atenção situacional ou subestimação do risco, elementos que poderiam ser mitigados por meio de treinamentos específicos e práticas de segurança individual. A realidade mostra que policiais frequentemente enfrentam situações em que a tomada de decisão precisa ser imediata, o que amplia a probabilidade de erro operacional ou exposição indevida. A análise de mortes violentas de policiais revela que grande parte dos eventos ocorre fora do horário de serviço, durante deslocamentos pessoais ou em momentos de lazer, o que demonstra que os riscos extrapolam o ambiente profissional e acompanham o militar em sua vida cotidiana, configurando uma vulnerabilidade contínua (SALES, 2021).

Entre os riscos ocupacionais, os impactos psicológicos e emocionais se destacam pela frequência e intensidade com que afetam os policiais militares, influenciando diretamente sua saúde mental, capacidade decisória e desempenho operacional. A rotina permeada por tensão, exposição à violência, pressão institucional e cobrança social produz desgaste significativo, que pode resultar em estresse crônico, ansiedade, distúrbios do sono, hiperalerta e outros sintomas associados ao adoecimento psíquico (BASÍLIO *et al.*, 2023).

Pesquisas contemporâneas como de Lima *et al.* (2025) identificam índices elevados de exaustão emocional e síndrome de burnout entre policiais brasileiros, especialmente entre aqueles lotados em áreas de maior vulnerabilidade e com jornadas extensas, reforçando a necessidade de atenção institucional para esses fatores.

Inclusive, a convivência diária com situações traumáticas, como mortes, agressões, acidentes graves e sofrimento de terceiros, contribui para o surgimento de sintomas relacionados ao estresse pós-traumático, que muitas vezes não são identificados ou tratados adequadamente (BASÍLIO *et al.*, 2023).

A ausência de suporte psicológico estruturado e a cultura organizacional que valoriza a resistência emocional como prova de competência agravam esse cenário, levando muitos profissionais a internalizar sofrimento e a desenvolver mecanismos de defesa prejudiciais. A pressão constante para manter controle emocional e prontidão tática, somada aos riscos físicos e operacionais, configura um ambiente que favorece o adoecimento psíquico, exigindo estratégias mais amplas de apoio e prevenção (CARMO *et al.*, 2020).

Os riscos legais e administrativos referem-se às implicações jurídicas e institucionais associadas às decisões tomadas pelo policial militar no exercício de suas funções. A atividade policial, por lidar diretamente com o uso da força, exige elevada capacidade de julgamento e aderência a normas legais, sob pena de resultar em responsabilização penal, civil ou administrativa (DIAS *et al.*, 2025).

Assim, cada intervenção operacional carrega consigo a possibilidade de questionamento posterior, seja por parte do Ministério Público, de corregedorias internas ou do controle externo da atividade policial. Estudos apontam que o controle institucional da ação policial, embora essencial para a garantia dos direitos humanos, pode gerar tensões e inseguranças entre os profissionais, sobretudo quando a interpretação dos procedimentos não é clara ou quando há discordâncias entre órgãos fiscalizadores (BASÍLIO *et al.*, 2023).

Além do risco jurídico, os militares também enfrentam riscos administrativos decorrentes de condutas avaliadas como inadequadas ou incompatíveis com regulamentos internos. Em muitas situações, decisões tomadas em frações de segundo determinam não apenas o desfecho da ocorrência, mas também a continuidade da carreira do policial (DIAS *et al.*, 2025).

Esse ambiente de pressão contribui para o aumento da carga mental, influenciando diretamente o comportamento operacional e a postura tática. A literatura demonstra que policiais expostos a esse tipo de risco tendem a adotar condutas mais cautelosas, o que pode tanto reduzir conflitos quanto comprometer a eficácia de determinadas ações, dependendo das circunstâncias. Assim, compreender os riscos legais e administrativos é fundamental para fortalecer práticas de autoproteção, baseadas em conhecimento técnico, jurídico e procedimental (AGUIAR *et al.*, 2022).

Sob a perspectiva doutrinária e científica, os riscos ocupacionais na atividade policial são compreendidos como fenômenos multidimensionais que refletem a

interação entre indivíduo, instituição e ambiente operacional. A doutrina de segurança pública reconhece que o policial militar atua em condições adversas, nas quais fatores físicos, emocionais e legais se combinam, produzindo um cenário de vulnerabilidade permanente. A literatura ressalta que a mitigação desses riscos exige investimentos em formação continuada, padronização de procedimentos e fortalecimento da cultura de autoproteção, entendida como prática essencial para assegurar a eficiência da corporação e a preservação da vida. A análise das pesquisas recentes evidencia que riscos variados, desde a violência extrema até o desgaste emocional e a pressão legal, influenciam diretamente a capacidade de atuação dos policiais, reforçando a necessidade de estratégias integradas e sustentadas por bases teóricas consistentes (FERNANDES, 2021).

A autoproteção policial está diretamente relacionada ao arcabouço normativo que orienta a atividade militar, tanto no plano institucional quanto no constitucional e nacional. A legislação aplicada busca assegurar condições mínimas de segurança, orientar o uso progressivo da força e estabelecer parâmetros que protejam o policial e a sociedade (BASÍLIO *et al.*, 2023).

Nessa conjuntura, a doutrina jurídica e operacional enfatiza que a proteção da vida é fundamento estruturante da atividade policial, devendo ser observada em todos os procedimentos, desde o planejamento das operações até ações individuais de patrulhamento. Esse enquadramento legal reforça que a autoproteção não é apenas uma escolha pessoal do militar, mas um dever profissional e institucionalmente regulado, indispensável para a redução da vitimização policial e para a efetividade das ações de segurança pública (BASÍLIO *et al.*, 2023).

No âmbito da Polícia Militar do Pará, as normas internas possuem um papel central para orientar práticas de segurança individual, padronizando condutas e fortalecendo a cultura de autoproteção entre os militares. Essas normativas estabelecem diretrizes sobre o uso correto dos equipamentos de proteção, procedimentos táticos, condutas de patrulhamento, técnicas de abordagem e critérios para o emprego proporcional da força (DIAS *et al.*, 2025).

A aplicação dessas regras busca reduzir falhas operacionais, garantir uniformidade nas ações e minimizar a exposição desnecessária a riscos físicos e jurídicos. Inclusive, as normativas internas reforçam que a preservação da vida deve ser prioridade absoluta, determinando que o policial adote postura preventiva, mantenha atenção constante e observe procedimentos que sustentem sua

integridade durante o serviço. A literatura aponta que a eficácia dessas normas depende da adesão individual e da capacidade da instituição de promover treinamentos contínuos e atualizados (PINTO *et al.*, 2020).

A Constituição Federal de 1988 estabelece fundamentos essenciais para a proteção do trabalhador, incluindo os policiais militares, assegurando direitos vinculados à dignidade humana, integridade física e segurança no ambiente de trabalho. Esses princípios orientam todo o sistema de justiça e reforçam a responsabilidade estatal de proteger seus agentes, que atuam na linha de frente da preservação da ordem pública. Para o policial militar, tais garantias se materializam na exigência de condições adequadas de trabalho, na regulamentação do uso da força e no dever institucional de fornecer equipamentos, capacitação e suporte psicológico (DIAS *et al.*, 2025).

A observância desses princípios é fundamental para equilibrar o exercício da autoridade policial com a proteção do próprio agente, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo práticas de autoproteção. Aponta-se que a ausência de condições adequadas e o não cumprimento desses princípios podem potencializar quadros de adoecimento e exposição a riscos ocupacionais (LIMA *et al.*, 2025).

No plano nacional, diversas normas regulam a atividade policial, especialmente no que se refere ao uso proporcional da força, à prevenção de abusos e à proteção da vida, tanto do policial quanto da população. Essas normas incluem diretrizes sobre direitos humanos, protocolos operacionais e procedimentos de enfrentamento a situações de risco, reforçando que toda intervenção deve ser justificada, técnica e juridicamente fundamentada (DIAS *et al.*, 2025).

Aliás, a existência dessas normativas fortalece a segurança jurídica das ações policiais, padroniza práticas operacionais e contribui para a redução da letalidade, ao promover maior controle, fiscalização e transparência na atuação das corporações. Além disso, pesquisas apontam que a compreensão adequada dessas normas é um dos principais fatores que influenciam a atuação segura do policial, reduzindo riscos legais, administrativos e operacionais (AGUIAR *et al.*, 2022).

Os fundamentos teóricos da autoproteção estruturam-se a partir de abordagens que analisam a tomada de decisão, o gerenciamento de crises e a prevenção situacional, elementos indispensáveis para a atuação policial segura e eficiente. Essas teorias auxiliam na compreensão dos mecanismos cognitivos e operacionais que orientam o comportamento do policial diante de ameaças,

contribuindo para reduzir falhas, antecipar riscos e preparar respostas adequadas (DIAS *et al.*, 2025).

A literatura evidencia que a integração entre teoria e prática fortalece a capacidade do militar de interpretar cenários complexos e adotar estratégias que preservem sua vida e a de terceiros, tornando a autoproteção um componente técnico e não apenas intuitivo da atividade policial (FERNANDES, 2021).

A tomada de decisão policial em situações de risco é um processo que envolve avaliação rápida de informações, interpretação de sinais de ameaça e escolha de respostas eficazes em frações de segundo. Teorias cognitivas aplicadas à segurança pública apontam que decisões táticas dependem tanto da experiência acumulada quanto da capacidade de manter concentração, controle emocional e consciência situacional. Em contextos de alta pressão, falhas nesse processo podem resultar em vitimização, uso indevido da força ou erros operacionais que comprometem a integridade do policial e de terceiros. Pesquisas sobre confrontos e vitimização policial destacam que agentes mais bem treinados tendem a apresentar maior precisão decisória, menor exposição ao risco e maior adesão a protocolos de segurança, evidenciando a importância da formação continuada e da internalização de técnicas de autoproteção (SALES, 2021).

A doutrina de gerenciamento de crises oferece arcabouço teórico e metodológico para orientar ações policiais em situações extremas, como sequestros, motins, confrontos armados ou distúrbios coletivos. Essa doutrina enfatiza a necessidade de planejamento, comunicação eficiente, controle emocional e atuação coordenada, visando reduzir danos e preservar vidas. No âmbito da autoproteção, o gerenciamento de crises permite que o policial compreenda os limites de sua atuação, identifique momentos adequados para intervenção e reconheça situações que exigem recuo estratégico (DIAS *et al.*, 2025).

Outrossim, a aplicação dessa doutrina reduz a exposição desnecessária a riscos e contribui para decisões mais equilibradas, especialmente em ambientes de imprevisibilidade e alta tensão. Dessa forma, o gerenciamento de crises constitui ferramenta essencial para fortalecer a capacidade de resposta do policial e assegurar sua integridade física e psicológica (AGUIAR *et al.*, 2022).

A prevenção situacional fundamenta-se na identificação e mitigação antecipada de fatores que possam favorecer a ocorrência de crimes ou aumentar a vulnerabilidade policial. Para os militares, essa abordagem inclui observar rotinas,

mapear áreas de risco, avaliar o comportamento de indivíduos suspeitos e adotar posturas que dificultam ações hostis. Já a análise de ameaças consiste no monitoramento sistemático de variáveis ambientais, sociais e comportamentais que indiquem perigo iminente, permitindo ao policial ajustar sua conduta e seus posicionamentos de maneira estratégica (SALES, 2021).

Não obstante, policiais que aplicam técnicas de prevenção situacional apresentam menores índices de vitimização, maior consciência tática e melhor capacidade de antecipação de ataques, reforçando o valor dessa abordagem como pilar da autoproteção. Tais elementos se tornam ainda mais relevantes em regiões com forte presença de criminalidade organizada ou dinâmicas territoriais complexas, como municípios amazônicos (DIAS *et al.*, 2025).

Os elementos que influenciam a autoproteção na rotina policial abrangem fatores individuais, institucionais e operacionais que moldam a capacidade do militar de reconhecer riscos, agir de maneira segura e manter desempenho eficiente. A literatura demonstra que a autoproteção depende tanto da disponibilidade de equipamentos e do treinamento adequado quanto de aspectos subjetivos, como saúde mental, motivação e percepção de risco. Esses elementos se interligam no cotidiano policial, especialmente em ambientes marcados por violência elevada, instabilidade e pressões institucionais. Assim, compreender tais fatores é essencial para aprimorar estratégias de preservação da vida e fortalecer a atuação profissional (MARTY, 2022).

Os equipamentos de proteção individual (EPIs) são elementares na autoproteção policial, pois reduzem diretamente a vulnerabilidade física do militar diante de agressões, disparos de arma de fogo, acidentes e outros riscos operacionais. Coletes balísticos, capacetes táticos, lanternas, rádios comunicadores, coldres adequados e armamento em condições ideais são elementos indispensáveis para o exercício seguro da atividade policial (VIANA, 2021).

A literatura aponta que a eficácia dos EPIs depende não apenas da sua qualidade e disponibilidade, mas também do uso correto e contínuo pelos policiais, sem resistência ou relaxamento de conduta. A ausência ou má utilização desses equipamentos está associada a maiores índices de lesões e mortalidade policial, reforçando a necessidade de padronização, fiscalização e investimento institucional em tecnologias embarcadas e dispositivos modernos de proteção (CAMPOS; FIGUEREDO, 2022).

O treinamento contínuo é um dos pilares da autoproteção, pois aprimora as habilidades técnicas, táticas e cognitivas necessárias para a atuação em ambientes de risco. A atualização permanente em técnicas de abordagem, condução de ocorrências, uso proporcional da força, tomada de decisão sob pressão e leitura de ambiente permite ao policial agir de forma precisa e segura (SALES, 2021).

Denota-se que profissionais com maior carga de treinamento apresentam menor exposição a riscos, cometem menos erros operacionais e demonstram maior capacidade de responder de maneira eficaz a situações inesperadas. Além disso, treinamentos que simulam cenários reais aumentam a prontidão psicológica e reduzem o tempo de reação, contribuindo significativamente para a sobrevivência policial e para a eficiência operacional (PINTO *et al.*, 2020).

A cultura organizacional da corporação exerce grande influência sobre a postura de autoproteção adotada pelos policiais, moldando comportamentos, rotinas de patrulhamento, respeito a protocolos e atitudes diante do risco. Quando a instituição valoriza a preservação da vida, investe em capacitação, adota lideranças que reforçam práticas seguras e incentiva o cumprimento de normas operacionais, os níveis de vitimização tendem a diminuir. Por outro lado, culturas marcadas por improvisação, negligência procedimental ou excesso de pressão hierárquica aumentam a exposição ao perigo e favorecem condutas inseguras.

Em harmonia com Fernandes (2021), o apoio institucional, a comunicação clara das ordens e a atuação de comandantes com foco em gestão de risco são elementos decisivos para fortalecer a autoproteção e reduzir vulnerabilidades no cotidiano da atividade policial.

A saúde mental constitui elemento central para a autoproteção, pois influencia diretamente a capacidade do policial de perceber riscos, tomar decisões equilibradas e agir com controle emocional em situações de alta tensão. A exposição contínua à violência, a pressão institucional, a carga de trabalho elevada e a vivência de traumas contribuem para o surgimento de estresse, ansiedade, irritabilidade, depressão e burnout. Há, contudo, índices expressivos de adoecimento psíquico entre policiais militares, demonstrando que a resiliência emocional é tão importante quanto a preparação técnica (SALES, 2021).

A ausência de suporte psicológico adequado compromete tanto o bem-estar individual quanto a eficiência operacional e a segurança do próprio policial, tornando

imprescindível a implementação de programas institucionais de acompanhamento, prevenção e fortalecimento emocional contínuo (LIMA *et al.*, 2025).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, fundamentada na análise de estudos científicos, documentos institucionais e produções acadêmicas que tratam da autoproteção policial, da vitimização e dos riscos ocupacionais enfrentados pelos profissionais de segurança pública. Foram utilizadas como principais bases de busca a SciELO e o Google Acadêmico, priorizando obras publicadas nos últimos dez anos, entre 2015 e 2025, de modo a garantir atualidade, consistência e alinhamento com o cenário contemporâneo da atividade policial militar. A inclusão de documentos institucionais e materiais específicos relacionados à Polícia Militar do Pará também contribuiu para assegurar a aderência do estudo ao contexto operacional da corporação.

Os critérios de seleção das fontes consideraram a relevância teórica, a atualidade metodológica e a pertinência temática para a compreensão dos fundamentos da autoproteção no âmbito da segurança pública. Foram incluídos somente materiais que apresentassem rigor científico, coerência conceitual e contribuição direta para o entendimento dos riscos, práticas de proteção individual e dimensões legais da atividade policial. Foram excluídos textos sem fundamentação teórica consistente, materiais opinativos e produções que não apresentassem metodologia ou referencial adequado, de modo a preservar a qualidade acadêmica do estudo.

Os procedimentos de análise basearam-se na leitura do material selecionado, seguida pela categorização das informações de acordo com os principais temas emergentes: riscos ocupacionais, fundamentos da autoproteção, legislação aplicada, práticas institucionais e elementos que influenciam a sobrevivência policial. Após essa etapa, realizou-se a organização temática das evidências encontradas, permitindo a construção de uma fundamentação teórica integrada e coerente, alinhada aos objetivos da pesquisa e estruturada de forma a oferecer subsídios analíticos para a compreensão da importância da autoproteção para os policiais militares do Estado do Pará.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura elucidou que as principais vulnerabilidades enfrentadas pelos policiais militares estão relacionadas à exposição constante a confrontos armados, ao desgaste físico e emocional e à imprevisibilidade das ocorrências, fatores que ampliam significativamente os riscos de vitimização. Identificou-se também que comportamentos como relaxamento da atenção, não utilização adequada de equipamentos de proteção individual ou adoção de posturas inseguras durante o patrulhamento contribuem para aumentar a exposição a situações críticas, especialmente em regiões com alto índice de violência e baixa estrutura operacional (MARTY, 2022).

Ademais, a revisão evidenciou que os fundamentos teóricos da autoproteção estão solidamente ancorados em abordagens sobre tomada de decisão, percepção de risco, prevenção situacional e análise de ameaças, elementos que permitem ao policial antecipar perigos e adotar estratégias de sobrevivência mais eficazes. Esses fundamentos reforçam que a autoproteção não se limita a ações pontuais, mas envolve postura preventiva constante e compreensão ampliada do ambiente, de modo a reduzir vulnerabilidades e aumentar a segurança operacional durante o serviço (FERNANDES, 2021).

Os resultados obtidos demonstram que práticas consistentes de autoproteção contribuem diretamente para a redução de danos físicos e para a diminuição dos índices de mortalidade entre policiais militares. Estudos sobre vitimização policial revelam que os agentes que adotam postura preventiva, utilizam adequadamente seus equipamentos e seguem protocolos operacionais apresentam menores taxas de envolvimento em ocorrências fatais, sobretudo em situações de confronto armado ou emboscadas. A literatura aponta que a autoproteção aumenta a capacidade de resposta do policial e reduz a probabilidade de ser surpreendido durante intervenções (SALES, 2021).

A autoproteção também exerce impacto substancial na eficiência operacional, uma vez que policiais mais conscientes dos procedimentos de segurança tendem a cometer menos erros, garantir maior controle das situações de risco e conduzir abordagens com maior técnica. Esse comportamento resulta em operações mais seguras, redução de improvisos táticos e maior uniformidade nas ações. A literatura demonstra que o fortalecimento da autoproteção melhora o desempenho em campo,

favorece a tomada de decisões rápidas e contribui para a consolidação de práticas institucionais mais eficazes (PINTO *et al.*, 2020).

Outro achado relevante refere-se às repercussões da autoproteção sobre a saúde mental dos policiais. A prática sistemática de comportamentos seguros reduz o estresse operacional, diminui a sensação de vulnerabilidade e contribui para maior bem-estar emocional. Estudos mostram que policiais submetidos continuamente a situações de risco sem suporte psicológico adequado ou sem treinamento de autoproteção apresentam maiores índices de exaustão, ansiedade e burnout. Assim, a autoproteção funciona também como mecanismo de regulação emocional, fortalecendo a resiliência e prevenindo o adoecimento mental dos profissionais (LIMA *et al.*, 2025).

Entre os desafios institucionais identificados, destaca-se a insuficiência ou inadequação de equipamentos de proteção, que compromete a segurança individual dos policiais e aumenta a vulnerabilidade durante o serviço. Além disso, falhas na padronização tática, carência de treinamentos atualizados e limitações na estrutura física das unidades policiais dificultam a aplicação plena das práticas de autoproteção. Pesquisas apontam que, quando o ambiente institucional não oferece condições mínimas de segurança, os riscos físicos e psicológicos tornam-se mais acentuados, especialmente em regiões periféricas ou de difícil acesso (DIAS *et al.*, 2025).

As barreiras culturais presentes no interior das corporações militares, onde, em alguns casos, ainda prevalece a valorização de atitudes arriscadas como demonstração de coragem ou comprometimento, também precisam ser relacionadas. A cultura influencia a postura dos policiais e dificulta a adoção de práticas preventivas, contribuindo para comportamentos inseguros e resistências à atualização de protocolos. Estudos revelam que a mudança cultural depende do exemplo das lideranças, da avaliação constante das práticas operacionais e do incentivo institucional à preservação da vida como prioridade absoluta (FERNANDES, 2021).

As boas práticas identificadas na literatura incluem a adoção de medidas individuais, como manutenção da atenção situacional, uso correto dos equipamentos de proteção, respeito às normas operacionais e participação ativa em treinamentos. No campo institucional, recomenda-se o desenvolvimento de programas contínuos de capacitação, investimentos em equipamentos modernos e reforço dos protocolos

de segurança. Tais práticas demonstram impacto direto na redução de riscos e no aumento da capacidade de resposta dos policiais em situações críticas (AGUIAR *et al.*, 2022).

Além das medidas técnicas, estratégias de comando também se revelam essenciais para fortalecer a autoproteção. A promoção de uma cultura organizacional que valoriza a segurança, a supervisão adequada das equipes, a revisão constante dos procedimentos e o incentivo à comunicação clara durante as operações são fatores que contribuem significativamente para a prevenção de acidentes e confrontos. A literatura enfatiza que a integração entre preparo técnico, suporte institucional e fortalecimento emocional constitui o conjunto mais eficaz para elevar os níveis de autoproteção na atividade policial (CARMO *et al.*, 2020).

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa reafirmou a relevância da autoproteção como elemento central da atividade policial militar no Estado do Pará. Os resultados demonstraram que a autoproteção não se reduz a um conjunto de técnicas isoladas, mas constitui um sistema integrado de práticas, fundamentos teóricos, tomada de decisão, percepção de risco e preparação emocional, capaz de reduzir vulnerabilidades e fortalecer a capacidade operacional dos policiais.

A literatura indica que fatores como atenção situacional, uso adequado de equipamentos, capacitação continuada, apoio institucional e cultura organizacional orientada para a preservação da vida são essenciais para o fortalecimento da segurança individual e coletiva. Assim, os achados reforçam que a autoproteção é componente indispensável para a eficiência policial, para a saúde física e mental dos profissionais e para a redução de danos no exercício da função.

Os resultados desta pesquisa oferecem contribuições significativas para o aprimoramento das práticas institucionais da Polícia Militar do Pará. Em primeiro lugar, reforçam a necessidade de investimentos contínuos em equipamentos de proteção individual, tecnologias de suporte operacional e treinamentos atualizados, de modo a garantir maior segurança aos policiais. Além disso, evidenciam a importância do desenvolvimento de programas permanentes de capacitação, especialmente voltados à tomada de decisão sob pressão, ao gerenciamento de

crises e à prevenção situacional, assegurando que os militares estejam preparados para atuar em contextos de elevada complexidade.

Outro ponto relevante diz respeito ao fortalecimento da cultura organizacional, sugerindo que a corporação avance na consolidação de valores que priorizem a preservação da vida, a disciplina tática e o cumprimento rigoroso dos protocolos de segurança. Tais medidas geram benefícios estratégicos para a instituição, como maior eficiência operacional, redução de índices de vitimização policial, melhoria da relação com a sociedade e fortalecimento da imagem institucional. Dessa forma, a PMPA pode consolidar práticas mais seguras, modernas e alinhadas às demandas da segurança pública contemporânea.

A presente pesquisa abre caminho para a realização de estudos futuros que aprofundem temas complementares, como a eficácia dos programas de treinamento oferecidos pela PMPA, os impactos da saúde mental na performance operacional, as diferenças regionais na vitimização policial e a relação entre práticas de comando e adesão às técnicas de autoproteção. Pesquisas comparativas entre diferentes corporações estaduais ou análises focadas em setores específicos, como ROTAM, ROCAM ou policiamento rural, também podem ampliar a compreensão dos fatores que influenciam a segurança dos policiais em ambientes variados. Além disso, estudos qualitativos com militares da ativa podem fornecer percepções valiosas para a melhoria institucional.

Conclui-se que a autoproteção é um pilar para a preservação da vida, a eficiência das operações e o fortalecimento da Polícia Militar do Pará. Ao compreender seus fundamentos, riscos associados e desafios institucionais, torna-se possível adotar estratégias mais eficazes e integradas, capazes de promover um ambiente de trabalho mais seguro e uma atuação policial mais qualificada. O investimento contínuo em preparo técnico, suporte emocional e cultura organizacional alinhada à segurança representa o caminho para consolidar uma corporação mais resiliente, moderna e capaz de responder às demandas crescentes da sociedade paraense.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raírllyson Matos *et al.* **Atividade policial e direitos humanos: a percepção dos policiais do 13º Batalhão de Polícia Militar em São José de**

Ribamar-MA. 2022. Disponível em: https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/. Acesso em: 26 nov. 2025.

BASÍLIO, Márcio *et al.* O **controle externo da ação policial: institucionalidade, limites e paradoxos.** 2023. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/5948/11466. Acesso em: 21 nov. 2025.

CAMPOS, Josivane do Carmo; FIGUEREDO, Taiane. **Representatividade Feminina: a inspiradora trajetória da 3º Sargento Darilene, a primeira Policial Militar do Pará em missão de paz da ONU.** Periódico Científico PMPA em Revista, v. 1, n. 2, p. 106-115, 2022. Disponível em: https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/download/45/38. Acesso em: 01 dez. 2025.

CARMO, Elma Pimentel do *et al.* **Companheiros de farda e suas companheiras de vida: violência como modo de ser/existir entre quatro paredes e suas repercussões na saúde.** 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/42740/1/Elma%20Pimentel%20do%20Carmo%20%20Mestrado%20disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.

DIAS, Sandro de Souza *et al.* **Segurança Pública e Percepção de Risco na Fronteira Interior Amazônica: A Atuação dos Policiais Militares em Portel/PA.** Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 4, n. 9, p. 01-16, 2025. Disponível em: https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/download/4953/2521. Acesso em: 04 dez. 2025.

FERNANDES, Alan. **Potencialidades do policiamento comunitário na redução do uso da força pelas policias militares.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 15, n. 2, p. 160-177, 2021. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/download/1269/423. Acesso em: 25 nov. 2025.

LIMA, Angélica de Godoy Torres *et al.* **Esgotamento e Síndrome de Burnout em Policiais Militares Brasileiros Lotados no Interior de Pernambuco.** Texto & Contexto-Enfermagem, v. 34, p. e20250013, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/PfPnX8H5Y9bTLVNsBNDBcpK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 dez. 2025.

MARTY, Otto Luiz. **Os fatores de influência no risco do policial militar ser vítima de crimes em decorrência da função.** Brazilian Applied Science Review, v. 6, n. 3, p. 1148-70, 2022. Disponível em: https://scholar.archive.org/work/tzwnaf3uondpnl2cplendfovuq/access/wayback/https://brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/download/48582/pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

PINTO, Paulo Victor Sousa *et al.* **Sobrevivência policial: análise do perfil técnico e procedimental dos policiais militares do Maranhão em ocorrências de combate velado.** 2020. Disponível em: https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/2794/1/MONOGRAFIA%20%E2%8

0%93%20PAULO%20PINTO%20-%20CFO%20PM%20CCSA%20UEMA%202020.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

SALES, Eric Rodrigues de. **Vitimização e sobrevivência policial: uma análise sobre mortes violentas de policiais militares do Distrito Federal.** Revista Ciência & Polícia, v. 7, n. 1, p. 35-55, 2021. Disponível em: https://revista.iscp.edu.br/index.php/rcp/article/download/159/54. Acesso em: 02 dez. 2025.

SANTOS, Luiz Ricardo dos. **Violência e fatores contextuais de crimes contra policiais militares.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 4, p. 2691-2703, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/13671/6711. Acesso em: 03 dez. 2025.

VIANA, Natalia. **Dano colateral: a intervenção dos militares na segurança pública.** Objetiva, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/. Acesso em: 24 nov. 2025.